

Convite à Leitura do *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*

Resenha de WANIEZ, P. *et alli* – Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil, São Paulo, Loyola, 2003.

Roberto Carlos Pamplona

Mestre em ciências sociais pela PUC-SP

Quem dos leitores, começo perguntando, já não se deparou no processo de pesquisa com documentos que se apresentavam como Atlas ou Censo disso ou daquilo e não se decepcionou com o que encontrou? Eu mesmo já tive essa experiência, de sistematizações confusas que me davam à impressão que nem os elaboradores acreditavam muito na sua consistência. Não é o caso do *Atlas Da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*. De experiências passadas com sistematizações macro-sociais, os autores apresentam com satisfação muito merecida um conjunto gigantesco de dados sistematizados, organizados e analisados estritamente do ponto de vista do comportamento das variáveis apresentadas pelo Censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística – IBGE. Na parte introdutória os autores esclarecem acerca de problemas metodológicos e das dificuldades no tratamento dos dados. Uma das dificuldades apontadas diz respeito a categorias muito agregadas que impedem qualquer análise mais aprofundada, dificuldade amenizada com os microdados resultantes de dados amostrais de 20 milhões de questionários aplicados ao mesmo tempo em que era realizado o Censo Demográfico.

Múltiplas variáveis como sexo, faixa etária, grau de escolarização, renda etc., são correlacionadas com a dinâmica da religiosidade presente e vivida pela população brasileira. Pesquisadores de várias áreas e interesses societários dos mais diversos têm em mãos, um instrumento valioso, sem pretensão de erudição acerca deste ou daquele tema, mas um esforço sério na construção de um retrato importantíssimo das características sociais das pessoas que respondem ao Censo a respeito de sua filiação religiosa. Qual o nível escolar dos católicos? Quanto ganham? Onde estão localizados? Onde os católicos perderam mais espaço para outras filiações religiosas? Onde os pentecostais avançaram?

Quais segmentos sociais são mais atraídos pela mensagem pentecostal? Essas e muitas outras perguntas podem ter seus primeiros contornos explicativos na leitura dos indicadores apresentados pelo *Atlas*.

Em 2000 os católicos representavam 74% da população contra 83,3% em 1991; 89% em 1980 e quase a totalidade da população em 1970 (91,8%). Projetando-se essa taxa de crescimento negativo para 2010, os católicos representariam 65% da população brasileira, percentual inferior ao atual. O que teria acontecido? Quais são as variáveis que podem ser elencadas como possíveis causas ou forças propulsoras desse movimento de mudança? Um rio que irá desaguar numa diversidade religiosa significativa: Evangélicos Pentecostais, Neo-Cristãos e os “Sem Religião” são os três segmentos que mais cresceram, seguidos pelos Evangélicos de Missão e “Outras Religiões”.

Apontemos sumariamente esses percentuais: Os Evangélicos de Missão (nova designação do Censo para o Protestante Tradicional) de origem principalmente alemã que foram atraídos para zonas de colonização no Sul e depois se espalharam para outras localidades, representam 5% da população brasileira: os Batistas estão a frente com 37,31%, seguidos pelos Adventistas com 14,27% e os Luteranos com 12,53. Embora tenham ganhado importância e expressão em centros urbanos e capitais importantes, se mantiveram estáveis, se compararmos com os dados dos censos anteriores. Movimento bem diferente foi dos Evangélicos Pentecostais que eram 3,2% em 1980, avançaram para 6% em 1991 e para 10,6% em 2000: A Assembléia de Deus lidera com 47% dos fiéis, em segundo lugar vem a Congregação Cristã do Brasil com 14,04%, seguida da Igreja Universal do Reino de Deus, o terceiro maior percentual entre as denominações pentecostais com 11,85%.

As representações cartográficas dessa dinâmica demográfica e sócio-econômica são feitas através de *círculos* para representar a população de cada religião e de mapas *coropléticos*, isto é, com gamas de cores que permitem visualizar a distribuição geográfica dos indicadores. Temos, por exemplo, a possibilidade de acompanhar e comparar os índices de evolução da diversificação religiosa em todo país desde o censo de 1980 até o de 2000.

Dentre as muitas possibilidades, essas informações permitem ao leitor, verificar a persistência do catolicismo em determinadas áreas e os avanços dos pentecostais em *frentes pioneiras* das regiões norte e centro-oeste, onde os pentecostais encontram terreno fértil junto à população desenraizada. Permite, sobretudo, localizar as zonas de tensão e disputa do campo religioso.

Do capítulo 3 em diante temos a apresentação dessa diversidade: primeiramente dos Evangélicos Pentecostais, depois dos Evangélicos de Missão totalizando 15,6% das filiações e em seguida os “Sem Religião” com 7,4%, o segundo maior percentual, à frente, inclusive dos Evangélicos de Missão. A representação minoritária da categoria “Outras religiões” com 3,2% não deixa, no entanto, de ser mapeada com rigor. Todos esses dados contam com comentários analíticos dos autores sobre o comportamento desses percentuais, suas causas hipotéticas, a correlação das filiações religiosas com indicadores do perfil demográfico e socioeconômico dos grupos religiosos comparados com o perfil médio brasileiro (situação do domicílio, sexo, raça ou cor, tipo da última união do cônjuge, educação, atividade econômica, profissão, rendimento). Causa estranheza, entretanto, em relação às “outras religiões”, o conjunto composto pelas religiões afro-brasileiras (Mediúnica Umbandista, Mediúnica Candomblecista e outras) não contarem com informações a respeito do “desvio em relação ao perfil socioeconômico brasileiro”, já que representam uma população de fiéis superior a de outras filiações como judaica ou islâmica, por exemplo, com tais informações disponíveis. Destaquemos igualmente o fato relevante, apontado pelos autores, de uma minoria ínfima responder mais de uma religião ou culto, já que o Censo dava a abertura para até três denominações. Esse fato pode ser lido preliminarmente como uma certa conveniência social ao declarar a religião mais aceita socialmente. Deste modo, não foi possível ao IBGE captar a realidade do sincretismo religioso brasileiro, amplamente conhecido por todos. No sétimo capítulo os autores constroem uma “síntese religiosa” através da construção de classes representativas dessa diversificação religiosa no território brasileiro.

Esse mar de indicadores de extrema relevância está pronto para ser navegado por todos aqueles que desejam conhecer a dinâmica sócio-religiosa brasileira. Como dizíamos

anteriormente, são dados sistematizados e não pretende substituir o trabalho intelectual de antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e tantos outros pesquisadores. Outro sujeito que pode se servir de tais informações são os governos, como subsídio às políticas públicas, por exemplo, na área da alfabetização, visto poder contar com instalações (das igrejas) em localidades de pouca ou nenhuma presença do Estado.

Podemos concluir esse nosso convite à leitura e à consulta do *Atlas da Filiação Religiosa* com duas considerações: primeiramente, ao entrarmos em contato com o *Atlas*, constatamos um campo religioso brasileiro diverso e competitivo em que os atores em cena utilizam variadas armas (meios de comunicação, serviços sociais, o grau de oportunidade apresentado por uma região etc.) para atrair seus fiéis. Outro aspecto que saliento diz respeito ao processo de secularização. Nós, modernos, habitantes de centros urbanos e, portanto, dessacralizados, racionalizados e desencantados nos depararemos com um país, continental, povoado pelos símbolos do sagrado e, paradoxalmente, sagralizado. Não há um só grão de terra neste país sem Deus e seus guerreiros.